

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS UNI-ANHANGUERA**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**A SUPERPROTEÇÃO DOS PAIS COMO FATOR QUE INTERFERE NA  
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM A SÍNDROME DE DOWN**

**DANIELA NEMÉZIO**

GOIÂNIA

Novembro/2018

**DANIELA NEMÉZIO**

**A SUPERPROTEÇÃO DOS PAIS COMO FATOR QUE INTERFERE NA  
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM A SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Goiás - Uni ANHANGUERA, sob orientação da professora especialista Zilma Rodrigues Neto, como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

GOIÂNIA

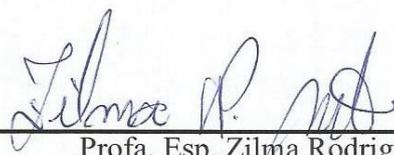
Novembro/2018

## FOLHA DE APROVAÇÃO

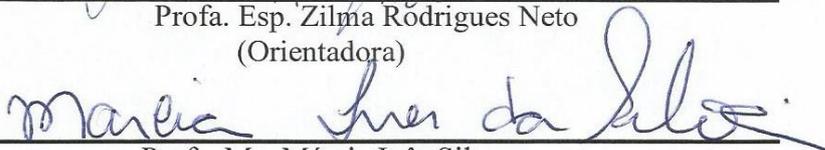
DANIELA NEMÉZIO

### A SUPERPROTEÇÃO DOS PAIS COMO FATOR QUE INTERFERE NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM A SÍNDROME DE DOWN

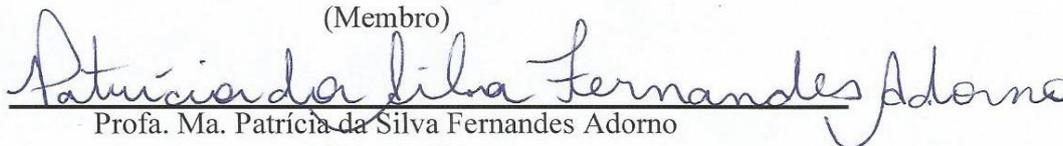
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como requisito parcial para obtenção da Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni – Anhanguera, defendido e aprovado em 17 de novembro de 2018 pela banca examinadora constituída por:



\_\_\_\_\_  
Profa. Esp. Zilma Ródrigues Neto  
(Orientadora)



\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Márcia Inês Silva  
(Membro)



\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Patrícia da Silva Fernandes Adorno  
(Membro)

## DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Daniela Nemézio portadora da Carteira de Identidade nº 6089384 (2ª via) emitida por PC-GO, inscrita no CPF sob nº 068.452.911-44, residente e domiciliada em Av. General Couto Magalhães Qd.21 Lt.10 – Vila Mauá, telefone (062) 98222-1583, no endereço eletrônico: [danielanemezio@hotmail.com](mailto:danielanemezio@hotmail.com), declaro, para os devidos fins e sob pena da lei, que o Trabalho de Conclusão de Curso: A SUPERPROTEÇÃO DOS PAIS COMO FATOR QUE INTERFERE NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM A SÍNDROME DE DOWN, é de minha exclusiva autoria. Autorizo o Centro Universitário de Goiás – Uni ANHANGUERA a disponibilização do texto integral deste trabalho na biblioteca (consulta e divulgação pela internet), estando vedadas apenas a reprodução parcial ou total, sob pena de ressarcimento dos direitos autorais e penas combinadas na lei.

A photograph of a handwritten signature in blue ink on a white background. The signature reads "Daniela Nemézio dos Santos" and is written over a horizontal line.

Aluna

Goiânia (GO), 17 de novembro de 2018

## A SUPERPROTEÇÃO DOS PAIS COMO FATOR QUE INTERFERE NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM A SÍNDROME DE DOWN

Daniela Nemézio<sup>1</sup>  
Zilma Rodrigues Neto<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como principal objetivo, investigar a realidade dos pais, professores e amigos de crianças com a Síndrome de Down, as implicações pedagógicas no processo de ensino e de aprendizagem, de quando são protegidas em excesso, de limitarem na execução das atividades que outras crianças fazem e desejam, para protegê-las. Evitando sofrerem críticas, se machucarem, ser excluídas, (sendo esse o pensamento de pais e familiares). Buscamos compreender essas relações e suas consequências. Definiremos o que é a síndrome de down, em seu processo biológico, de quando ocorre a síndrome na gestação. Conceituaremos a superproteção e proteção. Apresentaremos fatores que interferem no processo de aprendizagem dessas crianças, quando os pais os protegem em excesso, citaremos algumas leis que amparam essas crianças, que a auxilia em a vida estudantil, citaremos o papel do professor para orientar a família nesse processo e faremos um estudo de caso, no qual entrevistaremos pais e professores de uma educanda com quatro anos atualmente, que afeta o desenvolvimento cognitivo, na comunicação, e no afetivo-social, por vivenciar proteção exagerada, ou seja, a superproteção de seus pais, desde pequena. Nesta pesquisa, citaremos principais autores, que contextualizam essa temática, dando suporte ao estudo. Os familiares, pais e amigos de crianças com a Síndrome de Down, devem compreender o quão é importante deixa-las viverem como todas as outras, sem restrições e proibições pelo fato de terem essa especificidade, devem ser tratadas com igualdade e equidade, assim terão uma criança desenvolvida em todos os seus aspectos.

**Palavras-chave:** Igualdade, Liberdade, Família, Escola, Inclusão.

**ABSTRACT:** The main objective of this study is to bring a reality to all, such as: parents, teachers and friends of children with Down Syndrome, negativity in the teaching and learning process, when they are overprotected, to do activities that other children does and want to do to protect them. Avoiding criticism, being hurt, being excluded, (this is a thought of parents and family). But this is not how it works. We will define down syndrome in its biological process from when the syndrome occurs in infants when they are being generated by the mother. We will conceptualize overprotection and protection. We will present factors that can cause in the learning process of these children, when the parents protect them in excess, and we will make a case study, in which we will interview parents and teachers of a 4 year old student who suffers in its development, cognitive, in speech, socialization, among others, to suffer exaggerated protection, that is, the overprotection of their parents, since childhood. In this research, we will cite the main authors, who contextualize this theme, supporting the research done. We will try to pass on to relatives, parents and friends, of children with Down Syndrome, how important it is to let them live like all the others, without restrictions and prohibitions because they have this specificity, treat with equality and naturalness, child developed and updated.

**Keywords:** Equality, Freedom, Family, School, Inclusion

### 1 INTRODUÇÃO

A superproteção das crianças especiais é muito presente nas famílias. “Medo de que sofram?”, “Vergonha?”, o que pode ser o motivo desses pais não incluírem seu filho na sociedade como um “ser” como qualquer outro? Um cromossomo a mais não o faz ser pior ou melhor que alguém, mas sim, diferente, porém eles nos ensinam todos os dias a viver dia após dia, usando um ingrediente simples da vida, a alegria.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. Currículo Lattes: (<http://lattes.cnpq.br/3522992751853371>) E-mail: (danielanemezio@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professora Especialista no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. Currículo Lattes: (<http://lattes.cnpq.br/5506996238167575>). E-mail: (zilmahoje@gmail.com).

Os pais estimulam, mas não acreditam no desenvolvimento e mantêm a pessoa com Síndrome de Down como uma eterna criança, há uma ambiguidade nisso. Comprometendo a possibilidade de exploração e ampliação das representações que a criança pode fazer do ambiente, pensa Casarin (1999).

Ao refletir sobre a superproteção dos pais, como o possível causador da dificuldade na aprendizagem das crianças com a Síndrome de Down, criou-se uma motivação para estudar o assunto, e entender o porquê dos pais os educarem dentro de uma “caixinha” proibindo-os de viver uma vida social comum em constante aprendizagem. Devemos repensar em como orientar as crianças com essa síndrome, informando aos pais que seus filhos são crianças que podem viver em um contexto junto com os outros, onde respeitam as suas necessidades especiais.

Nós como educadores, temos o papel fundamental de favorecer a construção da segurança e da confiança dos pais. Eles precisam ver e entender que seus filhos são diferentes e serão tratados com equidade. Orientar a família para que os deixem livres para descobrir as novidades do mundo como todas as crianças que têm esse desejo e curiosidade. Vygotsky 1997, afirma que é na presença do outro que o homem se constitui formando o seu EU. E toda criança precisa se descobrir. Wallon 1989, também nos explica que os gestos humanos obtêm significados quando vistos e interpretados por outro ser.

Mostraremos uma investigação da realidade da vida dos pais que superprotegem os filhos com a Síndrome de Down. Iremos conceituar a Síndrome de Down; definir a superproteção; relacionar os fatores que interferem no processo de ensino e de aprendizagem das crianças com a síndrome. Citaremos algumas leis que amparam as crianças de inclusão, leis as quais defendem e garantem o educando na trajetória estudantil. Iremos realizar um estudo de caso com uma criança, que passa por essa superproteção.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, e um estudo de caso, que aconteceu na Escola Municipal Lorena Park, Goiânia – Goiás, período vespertino, ciclo 1, com a educanda R. M. C., que atualmente tem 4 anos de idade. A família apresenta um cuidado e uma proteção exagerada sobre ela, que vem trazendo consequências em seu desenvolvimento.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Pode-se complementar esses estudos de casos "explanatórios" com dois outros tipos - estudos "exploratórios" e "descritivos". Independentemente do tipo de estudo de caso, os pesquisadores devem ter muito cuidado ao projetar e realizar estudos de casos a fim de superar as tradicionais críticas que se faz ao método. (ROBERT YIN, 2001, p. 17).

Fomos até a escola, conhecer como a educanda vive no ambiente, entrevistamos pais e professora, e com isso concluímos nosso estudo no campo, tirando por meio dele, algumas experiências.

### **3 A CRIANÇA, SÍNDROME DE DOWN, E FATORES QUE INTERFEREM A ELA, QUANDO HÁ SUPERPROTEÇÃO DE PAIS**

A realidade de se ter um filho com a Síndrome de Down, pode ser difícil para alguns pais ao receberem a notícia, pois terão que enfrentar alguns obstáculos ditos como não fáceis, mas temos que ter a certeza de que não são impossíveis. Traremos conceitos, definições e fatores que interferem em seus filhos quando há a superproteção sobre eles, pelo fato de terem o medo de “soltarem” suas crianças no meio de tantas pessoas, ou algo relacionado.

#### **3.1 A Síndrome de down**

A Síndrome de Down é caracterizada pelo fato de ter um cromossomo a mais, cromossomo este, que é o par 21, por isso se dá outro nome a essa síndrome, como trissomia 21. A mulher na fecundação libera 23 cromossomos no óvulo, o homem libera 23 cromossomos no espermatozoide, totalizando 46 cromossomos, no qual se juntam e formam o ovo ou zigoto, primeira célula do corpo humano. Já nas crianças com a síndrome, a mãe ou o pai ao liberarem os cromossomos presentes em suas células reprodutivas, liberam 24, que ao somarem totalizaram 47, esse cromossomo extra está presente no par de número 21, por isso a síndrome também é chamada de trissomia 21 que é o fato chamado como disfunção cromossômica. Essa síndrome ataca parte do físico e do cognitivo. As pessoas (crianças, jovens e adultos) com a Síndrome de Down, apresentam características semelhantes, e estão

sujeitas a uma maior probabilidade em ter doenças e quase todas apresentam problemas cardíacos.

A Síndrome de Down (SD) é a síndrome genética de maior incidência e tem como principal consequência a deficiência mental. Compreende aproximadamente 18% do total de deficientes mentais em instituições especializadas (MOREIRA; EL-HANI, GUSMÃO, 2000). A incidência da SD em nascidos vivos é de 1 para cada 600/800 nascimentos, tendo uma média de 8.000 novos casos por ano no Brasil. De acordo com os dados levantados pelo IBGE, com base no Censo de 2000, existem 300 mil pessoas com SD no país, com expectativa de vida de 50 anos, sendo esses dados bastante semelhantes às estatísticas mundiais (SCHWARTZMAN, 1999; MOELLER, 2006).

O desenvolvimento do indivíduo portador da SD é, tanto quanto o de qualquer não portador, resultante de influências sociais, culturais e genéticas; incluindo-se aí as expectativas havidas em relação às suas potencialidades e capacidades e os aspectos afetivo-emocionais da aprendizagem." (Bissoto, 2005, p 87).

Essas crianças têm a capacidade de brincar, ler, escrever, ou seja, estudar e aprender como qualquer outra. Para que isso ocorra, precisam de estímulos mais frequentes, mas não realizando tarefas para elas, pois isso as deixam mal acostumadas. Os desenvolvimentos sensório-motores, que acontecem na fase inicial, pois desenvolvem seus sentidos, ocorrem da mesma forma dos bebês comuns, porém um pouco mais lentamente. O desenvolvimento da motricidade fina ocorre nas crianças com a síndrome, em um processo mais lento, mas é nesse momento que ele aprendem a ter sua autonomia. Devemos deixar que realizem suas necessidades sozinhos, como beber água, tomar banho, se alimentarem, isto é necessário. Uma característica marcante na SD é o processamento mais lento, pois “quase todas as suas reações demoram mais que o normal, o que deve ser levado em conta quando trabalhamos ou vivemos com elas (MOELLER 2006, p. 29)”.

Várias características são levantadas por Buckley e Bird (1994), por serem relevantes quanto ao desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança com a Síndrome de Down em seus primeiros cinco anos de vida, aqui sumarizadas:

- O atraso no desenvolvimento da linguagem, o menor reconhecimento das regras gramaticais e sintáticas da língua, bem como as dificuldades na produção da fala apresentados por essas crianças resultam em que apresentem um vocabulário mais reduzido, o que, frequentemente, faz com que essas crianças não consigam se expressar na mesma medida em que compreendem o que é falado, levando-as a serem subestimadas em termos de desenvolvimento cognitivo.

- Essas mesmas alterações linguísticas também poderão afetar o desenvolvimento de outras habilidades cognitivas, pois há maior dificuldade ao usar os recursos da linguagem para pensar, raciocinar e lembrar informações.

Com algumas dessas características citadas acima, podemos destacar fatores claros que as crianças com a síndrome podem apresentar, no qual facilita para profissionais trabalharem, buscando o desenvolvimento das mesmas.

### **3.2 Definições de proteção e superproteção, e o núcleo familiar.**

Quando falamos de proteção, estamos nos referindo ao cuidado, a uma atenção sobre algo ou alguém que é nosso, que temos um carinho, ou que queremos o bem. Essa proteção é algo normal e comum, que os pais devem e precisam ter sobre os seus filhos. É importante tê-la, para que previnam seus filhos de passarem por algo ruim, ou algo que possam prejudicá-los. Mas devemos lembrar que a proteção exagerada, sem controle (emocional e físico), chamada de superproteção, pode ser prejudicial ao filho e aos pais. “Uma deficiência, seja qual for, é uma condição indesejável e não há razões para se crer no contrário. Quando nos deparamos com um problema desse tipo, o drama será maior não tanto pela deficiência, mas pela atitude da sociedade para com ela” (CHACON, 1995, p. 29), ou seja a própria sociedade cria na criança a teoria de que ela é “diferente”.

É normal os pais se sentirem cansados, cabisbaixos em algum dia, pois devemos ressaltar que não é fácil criar filhos, e com alguma especificidade, dificulta ainda mais. Mas devemos lembrar que as crianças percebem quando estamos desequilibrados. Segundo Miller:

Quando você está lidando com as emoções da sobrevivência, você poderá se sentir ansiosa, com menos tempo e energia disponível para seus filhos. Poderá ter dúvidas sobre o que dizer a eles. Se você estiver sentindo a confusão da sobrevivência, seus filhos poderão pressentir que algo está errado. Se compartilhar com eles seus medos maternos e eles observarem que você está desmoronando, poderão sentir-se inseguros e confusos (MILLER, 1995, p.190).

Uma atenção excessiva, sem limites, traz para a criança um bloqueio, um retrocesso, no quesito de socialização e autonomia, pois o pai cria em volta delas um “muro”, no qual ficam fechadas e isoladas, apenas tendo acesso aos pais e pessoas mais próximas, no qual atrapalha a todos. O desgaste é excessivo, os pais “param de viver”, ou seja, cria um alto nível de responsabilidade sem necessidade.

Quando você sente que tem responsabilidade em excesso, sem controle suficiente sobre elas, seu nível de estresse aumenta. Você pode ter responsabilidades em excesso – ou apenas algumas poucas –, mas se seu estado emocional for frágil, se estiver excessivamente cansada, se precisar de ajuda e não recebê-la ou sentir que

não têm sua vida sob controle, sente-se estressada. Esse tipo de estresse é prejudicial (MILLER, 1995, p. 145).

A família tem sua importância irrecusável para a criança, deve estar presente em todos os momentos da vida, pois:

As interações estabelecidas no microsistema família são as que trazem implicações mais significativas para o desenvolvimento da criança, embora outros sistemas sociais (ex.: escola, local de trabalho dos genitores, clube) também contribuam para o seu desenvolvimento (PEREIRA-SILVA E DESSEN, 2003, p. 503).

Como Pereira-Silva e Dessen, 2004, p. 189, afirmam que, a família é muito importante para o desenvolvimento das crianças. Sigolo ainda descreve a família como “espaço de socialização infantil”, pois se constitui em “mediadora na relação entre a criança e a sociedade”, porém como os autores discutem sobre importância da família, outros contextos, e outras pessoas, também devem fazer parte desse processo de desenvolvimento e ensino e de aprendizagem. Se a família isola e proíbe essa criança a conviver com outros meios, ela está coagindo e inibindo seu filho. Golfeto e Mian em 1999 definem a superproteção como um fenômeno que se caracteriza pelo exagero de cuidados que os pais têm em relação aos seus filhos, os motivos são alterados, não estão relacionados diretamente com deficiência, podem estar relacionados com o medo do mundo e da violência.

Paniagua em um dos seus livros, no ano de 2004 nos dá outro aspecto significativo, no qual está no aumento da dedicação que, em geral, supõe que um filho com deficiência requer um processo de esforço pessoal.

Os pais devem decidir como devem tratar seus filhos, quando têm uma especificidade. Principalmente, procurando opções pedagógicas para ajudar no desenvolvimento e sempre acompanhando-os, não deixando na responsabilidade somente dos profissionais habilitados, mas sempre somando e apoiando.

Historicamente, a família tem sido considerada o ambiente ideal para o desenvolvimento e a educação de crianças pequenas. Essa é a posição de alguns sistemas educacionais, que sustentam que a responsabilidade da educação dos filhos, particularmente quando pequenos, é da família, e assumem um papel de meros substitutos dela, repetindo as metas embutidas nas práticas familiares (OLIVEIRA, 2005, p.175).

Os professores podem ajudar os pais nesse processo de adaptação, quando passam a frequentar a escola, para assim juntos terem um resultado mais rápido no desenvolvimento da criança.

Berger (1993, apud Rodrigo & Palácios, 1998) sugerem considerações sobre a função do profissional na mediação da família na tarefa de educar seus filhos com atraso no desenvolvimento como: Ajudar a enfrentar a educação da criança depois de superado o choque inicial, harmonizando as preferências e estilos educativos dos pais com um nível ótimo de interação familiar. Motivar os pais a propiciar estimulação sensorial, motora e comunicativa precoce. Isso é benéfico não só para a criança, mas também para os pais, porque é uma das primeiras experiências de interação e pode ajudar a vencer suas incertezas e inibições. Nessa interação é preciso tomar cuidado para que os pais não abusem de reforços externos para estimular a criança, tornando-a dependente deles, nem usem estimulação contínua, que atrapalha a interação natural. Ensinar aos pais a adotar uma atitude mais relaxada e recíproca. É necessário que a diretividade que caracteriza a interação seja acompanhada de maior sensibilidade e sincronização com as necessidades da criança. Por outro lado, é preciso que modifiquem suas estratégias conforme a criança evolui. Os profissionais devem ajudar a estabelecer interações positivas que sejam desfrutadas tanto pelos pais quanto pelas crianças, para evitar que se convertam em situações de aprendizagem estressantes e pouco agradáveis. Proporcionar boas orientações aos pais com respeito à interação com a criança; para tanto, é necessário conhecer as crenças dos pais sobre seu papel. Se acreditarem que seu papel é ensinar a criança, corrigirão seus erros e o uso inadequado dos jogos, impedindo a criança de explorar ao seu gosto. Porém, se crerem que seu papel é de mediador na aprendizagem, proporcionará à criança oportunidades de experimentar, de cometer erros e de desfrutar do momento. Conhecer a organização e estruturação da vida cotidiana familiar. O objetivo do profissional não é modificar radicalmente a rotina diária, mas conhecê-la e aproveitar essa informação para introduzir novos elementos, ou adaptar os já utilizados, para conseguir melhor organização. Deve ser levado em conta e respeitado o estilo natural dos pais ao organizar suas atividades para favorecer o desenvolvimento de seus filhos. Conscientizar as famílias para que vejam como um fato natural pedir ajuda aos profissionais em sua interação com a criança com atraso no desenvolvimento. Essa ajuda deve ocorrer não só nos primeiros momentos de adaptação à criança, mas também em outros momentos de seu desenvolvimento, pois as necessidades que estas manifestam vão mudando com o passar do tempo.

Quando o professor se dispõe a auxiliar a família, o resultado na aprendizagem da criança é mais eficaz. Cabe ao profissional se envolver de forma humanizada para melhor

atender as necessidades da criança em seu contexto familiar, para se ter um efeito de qualidade.

A orientação de pais deve ser mais do que aconselhá-los. Cabe à escola definir os papéis, tanto da família, quanto da própria escola, enquanto colaboradores do processo educativo. Há de se permitir aos pais um conhecimento bastante amplo de modo simples para que socializem com este universo de conhecimento (STELLING, 1996, p. 68).

Cada família têm sua individualidade, sua rotina, e o modo de criar seus filhos.

Acredito, porém, que quanto mais estruturada emocionalmente for à família, com relações afetivas satisfatórias, convivências de trocas verdadeiras, e quanto mais precocemente puder ser orientada, tanto maior será sua possibilidade de reestruturação e redimensionamento de funções e papéis e, conseqüentemente, de facilitação do processo de desenvolvimento de seu filho, na totalidade do Ser. (D'ANTINO, 1998, p. 35).

No entanto, os educadores podem sugerir questões, que irão ajudá-los no processo de ensino e na aprendizagem do educando.

### **3.3 Os fatores que interfere no processo de ensino e de aprendizagem das crianças com a Síndrome de Down**

Quando a criança convive com a superproteção diariamente, por pessoas que estão ao seu redor, é possível acarretar nela alguns problemas os quais irão trazer malefícios em seu desenvolvimento cognitivo, em sua comunicação e socialização. Pelo fato de estar tão velada pelos seus pais, a criança tem dificuldade de relacionar com os outros o que bloqueia a vivência com o mundo, o qual traz experiências e aprendizados constantes. Segundo Voivodic,

O desenvolvimento das crianças com deficiência mental não dependem só do grau em que são afetadas intelectualmente, pois numa visão mais sistêmica consideram-se vários fatores que interferem no desenvolvimento, dos quais o principal é o ambiente familiar. (VOIVODIC, 2008, p. 49).

A criança que é superprotegida solicita de maior atenção (colo, abrigo, carinho), é possível apresentar várias dificuldades em se socializar com outras crianças, necessita na maioria das vezes de auxílio para realizar suas atividades diárias e escolares, e quando essas são feitas em grupo, mostra um bloqueio emocional em juntar-se aos colegas. Acarreta desafios para o professor para fazer a intervenção pedagógica, pois a criança já trás de casa esses hábitos e costumes.

A linguagem favorece a interação social e é comum o educando que passa por essa proteção em excesso, ter dificuldades na comunicação. Os pais têm o costume de entregar tudo pronto para a criança e não a deixa conquistar os seus desejos, não estimula a criança a falar. A criança com Síndrome de Down manifesta dificuldades maiores em oralizar, porém se não ocorrer à ajuda para que o indivíduo desenvolva a fala, o processo de verbalização ficará comprometido, que gerará o auxílio de profissionais da saúde.

Atualmente, parte das crianças, seja qual for sua deficiência, intelectual ou física, ficam juntas aos outros educandos de ensino regular, direito garantido pela política de inclusão. Todas as crianças desenvolvem-se, cada uma dentro de suas funções cognitivas, físicas, sócio afetivas, e espirituais peculiares, em um ambiente harmonioso e ético. Se estiver em local, com brigas, stress, criará nela bloqueios que dificultam o seu desenvolvimento. Para FOULQUIÉ (1976, p.25) em seu “Dicionário de Pedagogia”, ambiente, é “a atmosfera moral (alegre, animada ou triste, séria ou frívola, etc.) resultando em uma agrupação humana (ponto de vista social)”. Esse ambiente deve trazer para a criança um local de conforto, e alegria, para poder aprender.

É frequente a proteção dos pais em excesso, quando vão a algum lugar público. As crianças com a síndrome solicitam de mais atenção, como já frisamos, gostam de se destacar, de sobressair no meio dos outros e de se sentir mais livres. Sendo assim, mais difícil para os pais controlarem e educarem. Quando o pai permite que o filho se relacione com o outro, por exemplo, sempre deixa o filho brincar, leva ao parque, a festas, irá criar momentos onde a criança se socializa facilmente.

Um fator importante de se destacar seria o adiamento em colocar o educando na escola para iniciar os estudos. É comum a família demorar a levá-los, por terem medo de se separarem do filho. Os pais precisam ser os primeiros a estimulá-los, pois quando vão à instituições de ensino, sentem medo, assustam com a diferença de ambiente, pois terão que desenvolver habilidades sócio afetivas, construirão a independência e autonomia. A demora em matricular na escola, e a falta de motivação, podem ser fatores que trarão dificuldades ao educando para se adaptar e se desenvolver pedagogicamente. “Qualquer educando experimentará a aprendizagem escolar como desagradável, como uma verdadeira barreira, se estiverem desmotivados (EDLER, 2000, p.61)”. Esta elucidação nos alerta e nos provoca reflexões sobre as ações da família e da escola, que devem ser em conjunto.

Na escola devem ter uma recepção e ambiente acolhedor, pois algumas crianças já possuem uma maior dificuldade em se socializar com o outro, por exemplo, se ao chegar na escola e não tiver um (a) professor (a) alegre, sorridente e cativador (a), bloqueará ainda mais a aprendizagem do educando.

Um ambiente estimulante para a criança é aquele em que ela se sente segura e ao mesmo tempo desafiada, onde ela sinta o prazer de pertencer a aquele ambiente e se identifique com o mesmo e principalmente um ambiente em que ela possa estabelecer relações entre os pares. Um ambiente que permite que o educador perceba a maneira como a criança transpõe a sua realidade, seus anseios, suas fantasias. Os ambientes devem ser planejados de forma a satisfazer as necessidades da criança, isto é, tudo deverá estar acessível à criança, desde objetos pessoais como também os brinquedos, pois só assim o desenvolvimento ocorrerá de forma a possibilitar sua autonomia, bem como sua socialização dentro das suas singularidades (REGO, 2002, p. 47).

Outro aspecto importante que pode interferir no processo de ensino e de aprendizagem de uma criança com a SD (Síndrome de Down), seria o nascimento de um novo irmãozinho, destacando quando o filho mais velho é a criança com a síndrome.

Quando nasce um novo bebê, todos os seus filhos precisam desistir de uma parte de seus pais. Se seus filhos que “chegaram primeiro” terão sentimentos mistos sobre a nova chegada. Junto com o entusiasmo pelo novo parceiro para brincar, vem o ressentimento pela perda do trono. (MILLER, 1995, p.191).

O primeiro filho sente, pois perde o seu lugar como único e passa a ter que dividir o colo dos pais. O sofrimento é maior quando a criança SD, está ainda pequena, pois a dificuldade de entender será mais ainda complexa, porém a família desde o descobrimento da gravidez deve trabalhar no filho a chegada de um bebê. É claro, que as crianças que sofrem em se adaptar com a notícia, na maioria das vezes, são aquelas que foram superprotegidas, e sempre tinham tudo que almejavam.

Além desse aspecto da chegada de um irmão, é importante também, a família procurar profissionais que podem somar com a escola para aprimorar o desenvolvimento da criança, é comum os pais não procurarem outros especialistas, por falta de informação, ou por receio e vergonha de saber que seu filho precisa de apoio especial, ou até mesmo o medo de desapegar do filho. A formidável superproteção.

Quando você é mãe de uma criança com necessidades especiais, aprende rapidamente que muitas dessas necessidades exigem a participação de uma variedade de profissionais na vida na vida de seu filho. Conforme a natureza das necessidades da criança, você conhecerá profissionais de muitas áreas que a aconselharão e orientarão sobre o desenvolvimento médico, educacional, físico, social, e emocional de seu filho. (MILLER, 1995, p. 227).

Psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, entre outros especialistas, em conjunto com os professores formarão uma rede de atendimentos aos educandos e a família, que facilitarão o desenvolvimento do ser e promoverá o aprendizado de forma integral.

### **3.4 Inclusão: Leis que auxilia a criança e a família**

Atualmente no Brasil, temos a prioridade de estarmos respaldados por leis que amparam nossas crianças no processo de inclusão, podendo cobrar benefícios preparados para a criança e a família. A lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu capítulo V – Da educação especial, nos trás aspectos importantes:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais asseguram:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDB, lei Nº 9.394, Capítulo. V, 1996).

A inclusão é um processo gradual, na qual nós profissionais temos o papel de praticá-la e trabalhar a mesma em nosso contexto. Temos que usar essas leis ao nosso favor, trazendo para o contexto familiar e escolar de forma positiva. Sabemos que o direito nós já temos, está

constituído. Agora o objetivo é buscar mudança e o aperfeiçoamento de nosso desenvolvimento. Nós educadores, nossos educandos e a família, devemos nos unir e trabalhar em busca do crescimento intelectual, físico e cultural de nossas crianças.

Uma educação que se esquivava do culto dos valores permanentes da vida humana, que descarta a formação do caráter, e despersonaliza os mestres, não pode ser considerada à altura de cumprir os deveres para com a liberdade. (MENDONÇA, 1977, p. 111)

Essa inclusão social deve ser trabalhada principalmente em sala pelo professor, pois é onde a criança irá passar a maior parte do seu dia. Internalizar nos outros educandos, essa realidade de que tem uma criança com dificuldades em sala. Adaptar o conteúdo para a estudante com síndrome de down, pois se deve lembrar de que ela tem um desenvolvimento intelectual mais lento.

Para ensinar com qualidade e segundo a perspectiva inclusiva, é preciso garantir ao aluno de qualquer ano/nível de escolarização uma formação que lhe assegure passar do mundo familiar para o público. Esse papel primordial da escola não pode ser posto de lado, desmerecido ou desprivilegiado, como tem ocorrido com frequência. Ensinar a turma toda, sem exclusões nem discriminações, exige dos professores o compromisso de apresentar os conteúdos curriculares aos alunos após estudo e atualização de seus conhecimentos, por mais elementar que seja p nível explicativo desses conteúdos. (MANTOAN, 2015, p. 73).

O professor ao realizar essa inclusão, facilitará a compreensão dos pais, de que seu filho ou filha pode ser tratado como todas as outras crianças, e viver em um ambiente rodeado de novidades, e aprendendo com elas todos os dias.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES ( PESQUISA DE CAMPO).**

Foi executado um estudo de caso com uma menina que possui a Síndrome de Down, e iremos chamá-la no nosso relatório de R. Ela tem quatro anos idade, estuda na Escola Municipal Lorena Park, Goiânia – Goiás. Fiquei acompanhando toda a rotina dela, durante um período de tempo. Observei como agia em sala, sua socialização com os amigos e afinidade dela com a professora que não possui uma auxiliar. A escola disponibilizou uma cuidadora que fica à disposição da R. e de outro garoto que possui transtorno espectro autista. Todos da escola possuem um carinho e atenção muito grande pela R.

R, não gosta de brincar com seus amigos, por mais que os colegas da turma, a chamem e tentem incluí-la nas brincadeiras, sua socialização está afetada. Apresenta um humor alterado, porém não comete agressões físicas em seus amigos. Em todo tempo que fiquei próxima da educanda, chamou os seus pais por várias vezes, e em tudo o que a professora

comentava, mencionava o pai e a mãe. Com o questionário aplicado na escola, a professora de R, nos respondeu com clareza. Relatou-nos que quando a educanda chegou ao ambiente, no início desse ano de 2018, no qual foi sua primeira experiência, a criança não enfrentou nenhum problema de adaptação. O seu irmão sendo mais velho, que estuda na mesma instituição, passou uma segurança para R. A professora relatou que R. sempre apresentou um potencial muito grande para aprender, porém os pais demoraram procurar especialistas para somarem com a instituição de ensino para assim a educanda ter um desempenho maior, como por exemplo uma fonoaudióloga. R. oraliza muito pouco, apresenta muita dificuldade para se expressar. A professora e sua cuidadora nos disseram que sua autonomia está sendo trabalhada, já consegue tirar suas coisas da mochila, na hora do lanche abre sua própria toalha. Porém para ir ao banheiro precisa de auxílio, demorou acontecer essa independência. R estudava de manhã, com a mesma professora, porém ela não conseguia se desenvolver. Todas as manhãs apresentava *stress*, e dormia quase todo o período, até que a coordenação chamou os pais e pediu para trocarem de turno.

A professora nos relatou que no início do ano, como todos os pais de alunos novatos tem uma preocupação maior, os pais dela também ficaram mais atentos, porém foram paciosos e tolerantes.

Segundo Fonseca,

A integração é o combate mais adequado á institucionalização de deficiência e ao ceticismo e pessimismo educacional. A integração implica sempre um benefício imediato educacional e social para a criança pela integração no sistema educacional. Separar fisicamente escolas normais, de escolas especiais é uma aberração que se deve eliminar. Quando falamos de integração, no fundo queremos dizer interação, isto é, interação entre os deficientes e os não deficientes. Só quando se atingir uma interação constante entre os deficientes e os não deficientes se pode falar numa política de integração. Nenhuma razão humana e científica pode afirmar que a melhor educação dos deficientes passa pela separação dos não deficientes (1987, p. 16).

Destacamos que os pais de R. são flexíveis com a escola, confiam no papel do professor e de toda gestão da instituição, o contrário do que ocorre em outros ambiente, como em festas de amigos, família e na igreja, onde a atenção da mãe é redobrada sobre a menina. Hoje ela faz acompanhamento com a fonoaudióloga apenas. Ia uma vez por semana no CRER (Centro de Reabilitação e Readaptação), fazia acompanhamento com vários profissionais, porém perdeu sua vaga, assim que passou um longo tempo, acometida por um problema de saúde. Ela teve pneumonia em grau avançado e ficou internada durante 15 dias, sendo 12 dias

na UTI. A professora sente a falta do apoio desses profissionais, pois sabemos o quanto é importante à presença deles no processo de ensino e de aprendizagem da criança.

Na pesquisa feita com a família, começaram nos relatando a dificuldade que foi enfrentar a notícia que sua filha teria síndrome de down. Conta a mãe, que quando o médico pediu para procurar um pediatra com urgência, pois suspeitava de uma síndrome, ela diz que chorou muito, e já imaginava o que seria. “No começo foi muito difícil aceitar a situação, era um mundo totalmente desconhecido, chorei muito, desesperei...”, foi uma das falas da mãe na entrevista.

Miller ressalta que:

Diante do nascimento de uma criança portadora de necessidades especiais, os pais sofrem um grande golpe em sua auto-estima, geralmente acompanhado do sentimento de culpa. Ao negar seus reais sentimentos de desgosto, frustração, etc.. Os pais impedem que se desencadeiem os processos de luto pela perda da criança perfeita idealizada e não conseguem resolver adequadamente esta perda. (MILLER, 1995, p. 227).

A mãe diz que a maior preocupação que a indaga é sobre o futuro da R. Pois todo pai sonha em ter um filho bem sucedido, que poderá se casar, ter filhos, e no caso da sua filha, não sabe se será assim. A mãe nos deixa bem claro que educa, fornece uma atenção maior a filha com a síndrome, do que para o irmão, pois sabem que necessita mais, “sabemos que não é assim”. Vygotsky diz:

Portanto se alguém aprende a fazer bem uma única coisa, também será capaz de fazer bem outras coisas sem nenhuma relação, como resultado de alguma conexão secreta. Assume-se que as capacidades mentais funcionam 84 independentes do material com que elas operam, e que o desenvolvimento de uma capacidade promove o desenvolvimento de outras (1994, p. 107).

Quando foram matriculá-la na escola, sentiram muito medo. Relata a mãe, que se preocupou com R. sofrer preconceitos, das professoras não a tratar bem como os outros, dos colegas a excluírem. A mãe diz que se sente melhor, pois viu que a sua filha é incluída, porém não é bem assistida no quesito de ter uma auxiliar, para que possa suprir as necessidades específicas da menina. A mãe diz que tentou, foi à Secretaria da Educação, pedir uma auxiliar, como a LDB (Leis e diretrizes e bases da educação) nos ampara, na questão de ter esse apoio para crianças que possuem laudo. Porém diz a mãe e a escola, que a Secretaria da Educação não tem profissionais disponíveis.

Notamos claramente a superproteção da mãe, quando diz que não gosta que R. vá para a casa de familiares sem a presença dela, tem medo de que a menina sofra, no caso, se ela

estiver perto pode protegê-la. Na escola aprendeu a confiar, pois viu de perto o quanto os profissionais trabalham para a educanda ter um bom desenvolvimento, quando não conseguem é por falta de recursos. Diz à mãe que o município deveria oferecer um apoio maior, pois lutou e luta, por uma auxiliar apenas e não consegue. Perdeu todos os acompanhamentos que fazia, por motivo de saúde, e não conseguiu retornar. Temos o CMAI (Centro Municipal de Apoio a Inclusão), porém conseguir atendimento com uma fila de espera enorme é difícil. R. têm um déficit, muito grande na fala, percebi que os pais entregam tudo na mão da criança, não deixam que peça, ou os procurem. Muitas vezes R. fala da sua maneira enrolado, os pais apenas concordam e mudam de assunto. Não faz questão de incentivar e estimular a melhora. Se atualmente a R. tem algum atraso, acreditamos que é o fato dos pais verem-na como diferente, e não acreditar em seu potencial.

## **5 CONSIDERAÇÕES**

Destacando a importância de se ter pais flexíveis e compreensíveis no desenvolvimento de crianças com a Síndrome de Down, vemos o quanto é fundamental para o processo de ensino e de aprendizagem do educando, o adulto ter esse cuidado em não superprotegê-los.

Abordamos fatores que impedem o progresso na vida estudantil como: a superproteção que pode causar a dependência do educando, a carência de atenção e carinhos, no qual trará a dificuldade do mesmo em fazer atividades individuais e em grupo, compartilhar brinquedos, brincadeiras, ideias, lanche entre outros. Quando a socialização de uma criança é afetada, automaticamente a oralização ficará prejudicada, comprometendo o desenvolvimento da linguagem. A professora enfrentará grandes desafios, pois terá que criar ambiente favorável à construção da autonomia, segurança e conhecimentos. Mencionamos leis que podem auxiliar a família do educando a terem direitos no qual foram constituídos com o intuito de proporcionar a inclusão do discente no meio em que vive.

Fizemos um estudo de caso no qual analisamos a educanda com a Síndrome de Down, a professora e sua família, para que possa servir de orientação para outras famílias e para consolidar a pesquisa.

“Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 2014, p.47). Destacamos que todas as crianças tem a capacidade de aprender, devemos estimulá-las e ensiná-las, a relação com o

outro e o meio, os seus erros e acertos ao conviver na diversidade vão promover o desenvolvimento de forma integral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISSOTO, M.L. **O Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais**, p. 87, 2005.

Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212009000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212009000200004)

Acesso em: 20 de agosto de 2018, às 15h05min

BUCKLEY E BIRD (1994). **Características relevantes quanto ao desenvolvimento cognitivo e lingüístico da criança portadora de síndrome de Down.**

Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/m11526.pdf>

Acesso em: 22 de outubro de 2018, às 17h05min

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. n. 9.394/96. Brasília, DF, MEC, 1996.

BERGER (apud Rodrigo & Palácios, 1998), J. **Família y desarrollo humano**. Madri: Alianza Editorial, 1993.

CASARIN, S. **Aspectos psicológicos da síndrome de Down**. In: J. S. Schwartzman (Ed.). Síndrome de Down. São Paulo: Memnon, 1999.

CHACON, M. C. **A dinâmica do drama é personalidade**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. Integração, Brasília, p. 29, 1995.

D'ANTINO, M. E. F. **A máscara e o rosto da instituição especializada**. São Paulo: Memnon, 1998. p. 35

EDLER, Carvalho Rosita. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila da faculdade.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987

FOULQUIÉ, Paul. **Dicionário de Pedagogia**. Barcelona: Oikos-tau, 1976.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 1997.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001384/138429por.pdf>

Acesso em: 22 de agosto de 2018, às 16h29min

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa.** 49ªed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOLFETO, J.H. e MIAN, H. **Abordagem psicoterápica da criança e da família no hospital das clínicas da faculdade de medicina de ribeirão preto** – USP. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo v.32, 203-210, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** – São Paulo: Summus, 2015.

MENDONÇA, Eduardo Prado de. **A construção da liberdade.** São Paulo: Convívio, p. 111, 1977.

MILLER, Nancy B. **Ninguém é perfeito.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

MOELLER, I. **Diferentes e Especiais.** Rev. Viver Mente e Cérebro, n. 156, p. 26-31, Jan, 2006.

Disponível em: <https://www.contioutra.com/superprotecao-e-um-modo-de-dar-ao-mundo-filhos-infelizes/>

Acesso em: 27 de setembro de 2018, às 17h37

MOREIRA, L. M. A.; EL-HANI, C. N.; GUSMÃO, F. A. F. **A Síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético.** Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 22, p. 5, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PANIAGUA, G. **As famílias de crianças com necessidades educativas especiais.** In: COLL, C.; MARCHESI A.; PALACIOS, J. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. p. 330-346, 2004.

PEREIRA-SILVA, N. L. & DESSEN, M. A. **Crianças com Síndrome de Down e suas interações familiares.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 16 (3), 503-514, 2003.

RODRIGO, M. J. & PALÁCIOS, J. **Família y desarrollo humano.** Madri: Alianza Editorial, 1998.

REGO, Teresa C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

SIGOLO, S. R. R. L. (2004). **Favorecendo o desenvolvimento infantil: ênfase nas trocas interativas no contexto familiar.** In E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.). Temas em Educação Especial: avanços recentes (pp.189-195). São Carlos: Edufscar.

STELLING, E. (1996). O aluno surdo e sua família. **Seminário repensando a educação da pessoa surda Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisa.** Rio de Janeiro, p. 68.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento os processos psicológicos superiores.** 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down.** Petrópolis: Vozes, 2008.

WALLON, Henry. **As origens do pensamento da criança.** São Paulo: Manole, 1989.  
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001384/138429por.pdf>  
Acesso em: 22 de agosto de 2018, às 16h33min

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, p.17, 2001.

## APÊNDICE

Foram utilizados os seguintes questionários para o estudo de caso, no qual foi feito entrevista com a família e com a professora da educanda estudada.

### ESTUDO DE CASO – NA FAMÍLIA

1 – Como foi receber a notícia que a R. seria uma criança com síndrome de down?


2- Para cria-la vocês sentem algum medo ou preocupação? Qual?


3- Ela tem irmão (ã)? Se sim, a criação dela está sendo diferente, ou foi diferente da do outro?


4- Quando decidiram matricular ela em uma escola, vocês sentiram medo de deixá-la em outro ambiente na ausência de vocês? Se sim, por quê?


5 - Como foi a recepção pelo corpo docente para com a R. na escola que a colocaram?


6- A adaptação da R. na escola, foi difícil? Como foi?


7- Como é a socialização dela com a turma?


8 – No ponto de vista de vocês, como está sendo o desenvolvimento dela na escola?


9- A escola está dando o apoio necessário?


10- A R. faz acompanhamento com especialistas para ajudar ela em seu desenvolvimento?


### ESTUDO DE CASO – NA ESCOLA

1 – Como foi receber a R. na escola?


2- Como é a socialização dela com a turma?


3- Seu desenvolvimento pedagógico como é?


4- Como foi à relação entre pais e escola, quando a R. chegou na instituição?


5 – Os pais são muito protetores?


6- A adaptação da R. na escola, foi difícil? Como foi?


7- Ela é uma criança dependente?


8 – Ela se inclui nas atividades propostas ou é preciso de intervenção?


9- Ela é atrasada em relação à turma? Se sim. O que vocês educadores acham que pode atrapalhar em


10- Qual dica vocês dariam aos pais, para que a R. pudesse se desenvolver com mais facilidade e agilidade?
